

MICHAEL LÖWY

AS AVENTURAS DE KARL MARX CONTRA O BARÃO DE MÜNCHHAUSEN

Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento, São Paulo: Editora Cortez, 1994.

Tradução do livro original em francês cujo título é *Paysages de la vérité* (Paisagens da verdade).

1. *Conhecendo o autor e sua obra*

Michael Löwy (São Paulo, 6 de maio de 1938) é um pensador marxista brasileiro radicado na França, onde trabalha como diretor de pesquisas do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS). Marcada por um forte interesse pelo pensamento libertário, sua obra abrange uma ampla gama de questões, que passam por Marx e o marxismo até o Surrealismo. Seus livros e ensaios se inscrevem principalmente na sociologia do conhecimento, com ênfase nos estudos sobre o socialismo e as idéias radicais, abarcando temas como a teoria da revolução permanente de Trotsky, o romantismo anticapitalista, o nacionalismo e o internacionalismo, o marxismo na América Latina, a dimensão utópica do judaísmo, a sociologia das religiões, a Teologia da Libertação e o ecossocialismo. Entre os diversos pensadores sobre os quais Löwy escreveu, destacam-se Karl Marx, Max Weber, Georg Lukács, Walter Benjamin, Rosa Luxemburgo, Leon Trotsky, Ernest Mandel, José Carlos Mariátegui e Che Guevara. O estudo das artes e da literatura compõe igualmente seu campo de reflexão, com ensaios sobre escritores como Franz Kafka e Christa Wolf, além do Surrealismo.

2. *Texto aula*

Nosso objeto [aqui] não é a filosofia positivista enquanto tal, mas as concepções positivistas no domínio das ciências sociais, e, em particular, a doutrina da neutralidade axiológica do saber.

O positivismo – em sua figuração “ideal-típica” – está fundamentado num certo número de premissas que estruturam um “sistema” coerente e operacional:

1. A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humana; na vida social, reina uma harmonia natural.

2. A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza (o que classificaremos como “naturalismo positivista”) e ser estudada pelos mesmos métodos, *démarches* e processos empregados pelas ciências da natureza.

3. As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos.

A palavra *démarches* pode ser traduzida aproximadamente como método, como propõem os tradutores.

Axioma significa uma premissa imediatamente evidente que é admitida como verdade universal sem exigência de demonstração.

A influência destas ideias – particularmente o postulado de uma ciência axiologicamente neutra – ultrapassa o quadro do positivismo no sentido estrito e se manifesta, pelo menos em parte, em autores consideravelmente afastados do positivismo clássico (como Max Weber) e até mesmo no seio do marxismo. Quando um ou outro destes três axiomas está integrado em uma investigação metodológica distinta do positivismo, pode-se falar de uma *dimensão positivista*.

Tentaremos examinar como o positivismo surge, em fins do século XVIII e princípio do século XIX, como uma utopia crítico-revolucionária da burguesia antiabsolutista, para tornar-se, no decorrer do século XIX, até os nossos dias, uma ideologia conservadora identificada com a ordem (industrial/burguesa) estabelecida. Essa “mudança de cor” do positivismo não deixa de lembrar o que Marx assinalava a propósito da economia política: sua passagem, sobretudo depois de 1830 – isto é, depois da ascensão da burguesia ao poder nos principais países europeus –, de economia “clássica” à economia “vulgar”.

O axioma da neutralidade valorativa das ciências sociais conduz, logicamente, o positivismo a negar – ou melhor, a ignorar – o condicionamento histórico-social do conhecimento. A própria *questão* da relação entre conhecimento científico e classes sociais geralmente não é colocada: é uma problemática que escapa ao campo conceitual e teórico do positivismo. Ele só analisa os fundamentos sociais do pensamento pré-científico: pensamento mágico etc.; mas a própria ciência social nele aparece soberanamente livre dos vínculos sociais. Em outras palavras: uma sociologia do conhecimento (científico) e uma análise da relação entre o saber e as classes sociais são contraditórias como o quadro metodológico fundamental do positivismo.

Para compreender a significação específica e as implicações da doutrina positivista sobre a objetividade/neutralidade científico-social, é preciso examinar, por um lado, a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento e, por outro lado, a sua relação com o conjunto da problemática positivista enquanto visão do mundo coerente, da qual esta doutrina é apenas um aspecto [...].

A utopia positivista: Condorcet e Saint-Simon

A ideia de leis naturais da vida social e de uma ciência da sociedade formada segundo o modelo das ciências da natureza é, na sua origem, inseparável do combate intelectual do Terceiro Estado contra a ordem feudal-absolutista. Tanto a doutrina do direito natural quanto a de uma ciência natural da sociedade possuem uma dimensão utópico-revolucionária, *crítica* (as duas estão estreitamente, aliás, ligadas ao século XVIII). O positivismo moderno nasceu como um legítimo descendente da filosofia do Iluminismo. De todos os Enciclopedistas, é, sem dúvida, Condorcet quem contribuiu da maneira mais direta e imediata na gênese da nova corrente.

Próximo dos fisiocratas (especialmente Turgot) e dos clássicos ingleses (Adam Smith), Condorcet pensa que a economia política pode estar submetida à “precisão do cálculo” e ao método das ciências da natureza. Mas não se limita aos fatos econômicos e passa a generalizar esta *démarche*: o conjunto

Terceiro Estado se refere à burguesia ascendente e àqueles que não pertencem ao clero e a nobreza no contexto da Revolução Francesa.

Enciclopedistas englobam filósofos e outros pensadores que confeccionaram ou apoiaram a *Encyclopédie* (uma ampla revisão das artes e ciências da época, explicando conceitos e proclamando o iluminismo).

dos fenômenos sociais está submetido “às leis gerais... necessárias e constantes” parecidas com as que regem as operações da natureza. Daí, a ideia de uma ciência natural da sociedade ou de uma “matemática social” baseada no cálculo das probabilidades. O estudo dos fatos sociais foi, por muito tempo, “abandonado ao acaso, à avidez dos governos, à astúcia dos charlatães, aos preconceitos ou aos interesses de todas as classes poderosas”; aplicando o novo método à moral, à política e à economia pública, pode-se “seguir nas ciências um caminho quase tão seguro quanto o das ciências naturais”. Aliás, as ciências da sociedade procuram incessantemente aproximar-se deste caminho das ciências físicas que o interesse e as paixões não vêm perturbar”.¹

Este ideal da ciência neutra, tão imune aos “interesses e paixões”, quanto a física ou a matemática, estará no coração da problemática positivista durante dois séculos. Mas, há ainda em Condorcet uma significação utópico-crítica: seu objetivo confesso é o de emancipar o conhecimento social dos “interesses e paixões” das classes dominantes. O cienticismo positivista é aqui um instrumento de luta contra o obscurantismo clerical, as doutrinas teológicas, os argumentos de autoridade, os axiomas *a priori* da Igreja, os dogmas imutáveis da doutrina social e política feudal. É neste sentido que é preciso compreender o apelo ao modelo científico-natural em Condorcet: “Galileu... fundou, para as ciências a primeira escola onde elas eram cultivadas sem nenhuma mistura de superstição, seja em relação aos preconceitos, seja em relação à autoridade; onde se rejeitou com uma severidade filosófica qualquer outro meio que não fosse o da experiência ou do cálculo”. Contudo, Condorcet censura Galileu por limitar-se “exclusivamente às ciências físicas e matemáticas”; trata-se agora de ampliar esta atitude – apoiando-se no método de Bacon e de Descartes – para as ciências econômicas e políticas. O combate à ciência social livre de “paixões” é, portanto, inseparável da luta revolucionária dos Enciclopedistas e de toda a filosofia do Iluminismo contra os *preconceitos*, isto é, contra a ideologia tradicionalista (principalmente clerical) do Antigo Regime.

Acha-se em *O esboço do quadro histórico dos progressos do espírito humano* a intuição de que o desenvolvimento no terreno dos fatos sociais choca-se com os interesses da classe: “quanto mais os objetos submetidos à razão tocarem os interesses religiosos e políticos, tanto mais lentos os progressos do espírito humano”²; mas, trata-se, para Condorcet, de um fenômeno do passado relacionado com interesses clericais e aristocráticos. A ideia de que a nova ciência econômica e política, representada pelos fisiocratas, Adam Smith e pelos próprios Enciclopedistas, esta ciência racional, precisa e experimental pudesse estar, ela também, ligada a interesses sociais, escapa ao campo de visibilidade de Condorcet e dos positivistas em geral.

Discípulo de Condorcet, S. Simon vê no grande Enciclopedista o pensador ao qual “a ciência do homem deve seu último passo importante”³. Esta ciência do homem, apresentada com um ramo ora da física, ora da fisiologia, deve-se tornar *positiva* – S. Simon é o primeiro a empregar este

¹ CONDORCET (1966), *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*, 1793, Paris: Éditions sociales pp. 211-12, 244, 253, 271.

² CONDORCET *op. cit.*, p. 199.

³ S. SIMON (1876), “Mémoire sur la science de l'homme”, 1813, *Oeuvres*, vol. XI, Paris: Dentu Éditeur, p. 284.

termo –, quer dizer, utilizar os métodos das ciências naturais, “pois não existe fenômeno que não possa ser observado do ponto de vista da física dos corpos brutos ou do ponto de vista da física dos corpos organizados, que é a fisiologia”. A própria política “tornar-se-á uma ciência positiva quando os que cultivam este importante ramo dos conhecimentos humanos aprenderam a fisiologia e quando eles não mais considerarem os problemas a resolver apenas como questões de higiene”.⁴

Com toda essa fé ingênua do pensador do Iluminismo, S. Simon crê que esta ciência política positiva poderá ser neutra e objetiva, ultrapassando os diferentes pontos de vista, as diversas “formas de ver” contraditórias: “até aqui, o método da ciência da observação não foi introduzido nas questões políticas; cada um trouxe sua maneira de ver, de raciocinar, de julgar, e resulta daí que ainda não se obteve nem precisões nas soluções, nem generalidades nos resultados. Chegou a hora de acabar esta infância da ciência...”.⁵ Veremos como esta queixa sobre “a imaturidade” da ciência social, sobre o seu “atraso” para começar a ser como as outras (isto é, as ciências da natureza), seguida de exigência de que ela se curve enfim ao método científico (natural), retornará constantemente sob pena dos autores positivistas (século XX, inclusive).

S. Simon fala frequentemente do “corpo social” e define a ciência da sociedade como uma “fisiologia social”, “constituída pelos fatos materiais que derivam da observação direta da sociedade”. Mas é importante sublinhar que esta “naturalização” da sociedade e da ciência social, esta utilização abusiva da analogia “orgânica” não tem neste autor – como terá nos positivistas posteriores – uma significação apologética conservadora em relação à ordem estabelecida; muito pelo contrário, ela tem uma função eminentemente crítica e contestadora. Apesar das repetidas garantias de S. Simon sobre o caráter “organizador” e não-revolucionário de seus escritos, sua dimensão subversiva é inegável e não deixou de chamar a atenção das autoridades. Assim, é em nome das leis fisiológicas do organismo social e de sua “higiene” que ele apela abertamente pelo fim do absolutismo e por uma “mudança de regime” na França: “uma vez que a natureza inspirou aos homens, em cada época, a forma de governo mais conveniente, será exatamente de acordo com este mesmo princípio que iremos insistir na necessidade de uma mudança de regime para uma sociedade que não mais se encontra nas condições orgânicas que puderam justificar o reino da opressão... por que conservaríamos hábitos higiênicos contraditórios com o nosso estado fisiológico?”⁶ O combate, para a ciência positiva do homem, está em S. Simon, indissolavelmente ligado à luta dos “produtores” (tanto os empresários quanto os operários) contra os parasitas, os “sanguessugas” clericais-feudais da Restauração. No momento em que S. Simon abandona este ponto de vista (que se poderia designar como “burguês revolucionário”) para reaproximar-se da classe que qualifica como “a mais pobre e a mais numerosa”, é significativo que não mais fale em nome da ciência, mas sim da moral e da religião: é o “Novo Cristianismo” (1825), que já se situa no terreno do socialismo utópico.

⁴ *Ibid.* pp. 29-30.

⁵ S SIMON, (1865), “De la réorganisation de la société européenne”, 1814, *Oeuvres de Saint Simon et d’Enfantin*, Paris, T XV, p. 183.

⁶ S SIMON, (1865), “De la physiologie sociale appliquée à l’amélioration des institutions sociales”, 1813, *Oeuvres*, vol. XI, Paris: Dentu Éditeur, p. 284.

A ideologia positivista: [...] Comte [...]

Não é por acaso que Auguste Comte – e não Condorcet ou S. Simon – seja considerado o fundador do positivismo. De fato, é ele que inaugura a transmutação da visão de mundo positivista em ideologia, quer dizer, em sistema conceitual e axiológico que tende à defesa da ordem estabelecida. Primeiramente, discípulo Condorcet e de S. Simon, Comte irá romper com um discurso cuja carga crítica e “negativa” lhe parece ultrapassada e perigosa. Considerar, como alguns autores o fazem, a obra de Comte simplesmente como a continuação da metafísica naturalista da filosofia do Iluminismo e de S. Simon, como “coroamento sistemático” de um movimento que remonta ao século XVIII, significa passar ao largo da *novidade* e da especificidade do positivismo comtiano, que representa precisamente o ponto de vista reconhecido da escola positivista moderna nas ciências sociais. Conforme a feliz expressão de George Lichtheim, em Comte “o otimismo generoso do Iluminismo congelara-se numa inquietude ansiosa para com a estabilidade social”.⁷

Ao descrever Condorcet como “meu eminente precursor”, Comte proclama que a descoberta das leis sociológicas lhe era interdita pelos “seus preconceitos revolucionários”.⁸ Nota-se aqui a mudança brusca de função do conceito de “preconceito”, que ocupava um espaço central no dispositivo crítico da Enciclopédia e do positivismo utópico: ele não serve mais para designar as doutrinas estagnadas do Antigo Regime, mas sim o próprio pensamento utópico-crítico do Iluminismo. O termo “preconceitos revolucionários” concentra, numa fórmula sucinta, o adversário da nova expressão do positivismo instaurado por Comte. A ruptura com S. Simon, além dos aspectos pessoais anedóticos, também possui a mesma significação ideológica: em carta a d’Eichtal, em 1 de maio de 1824, Comte se queixa da “disposição revolucionária” de S. Simon “com a qual estou e devo estar em absoluta oposição”. Não é por acaso que neste mesmo ano ele descobre com interesse os pensadores da contra-revolução (De Bonald e De Maistre) e, em 1825, saúda em *Considerações sobre as ciências* a grande obra de De Maistre, *O Papa*, como “um modelo de raciocínio de acordo com o método positivo”.⁹ Evidentemente, a ordem a que aspira Comte não é de antes de 1789, que os doutrinários do absolutismo queriam restaurar: trata-se de uma nova ordem, uma ordem *industrial*, contendo o progresso – isto é, o desenvolvimento da indústria e das ciências. Em uma carta a Audiffrent em 21 de outubro de 1853, Comte poderá, então, – com justa razão – apresentar toda a sua vida como tendo sido “consagrada teórica e praticamente à defesa sistemática da ordem real”.¹⁰ O método positivo visa, assim, afastar a ameaça que representam as idéias *negativas*, críticas, anárquicas, dissolventes e subversivas da filosofia do Iluminismo e do socialismo utópico. Ora, para executar essa tarefa, Comte irá utilizar paradoxalmente, o mesmo sistema intelectual que servira a Condorcet e a S. Simon para as ideologias tradicionalistas: o princípio metodológico de uma ciência natural da sociedade. Desde 1825, em *Considerações filosóficas a respeito das ciências e dos sábios*, Comte enunciara o fundamento de sua

⁷ LICHTHEIM, George ((1965), *The concept of ideology*”, *History and theory*, Mouton, vol. VI, p. 169.

⁸ COMTE, Auguste (1855), *Appel aux conservateurs*, Paris: Ed. Autor, p. 4.

⁹ COMTE, Auguste cf. ARNAUD, Pierre (1969), *Sociologie de Comte*, Paris: PUF, p. 60.

¹⁰ Cf ARNAUD, Pierre (1965), *Politique d’Auguste Comte*, Paris: A. Colin, p. 49.

busca: “entendo por física social a ciência que tem por objeto o estudo dos fenômenos sociais considerados dentro do mesmo espírito que os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos, quer dizer, como sujeitos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta é o objetivo específico de suas pesquisas”.¹¹ O nome física social “já é, por si só, todo um programa: exprime a idéia, sobre a qual insistirá incansavelmente Comte, de que a ciência da sociedade pertence ao ‘sistema das ciências naturais’, um sistema que alcançou, graças à descoberta dessa física social, ‘um estado físico e homogêneo’ no qual as ciências do homem e as da natureza não passam de ramos de um mesmo tronco”.¹² Este axioma da “homogeneidade epistemológica” entre as ciências sociais e as ciências naturais remete, em última análise, à pressuposição essencial do discurso positivista comtiano: a rigorosa identidade entre sociedade e natureza, a dominação da vida social por “leis naturais invariáveis”. Certamente, não foi Comte quem descobriu esta idéia: ela já pode ser encontrada nos economistas políticos, por exemplo, em Jean Baptiste Say – de quem Comte era bem próximo –, que escreveu em seu *Tratado de economia política* (1803): “As leis gerais que regulam as ciências políticas e morais existem a despeito das disputas... Elas derivam da natureza das coisas, tão seguramente quanto as leis físicas do mundo...”¹³ Aliás, os fenômenos econômicos são frequentemente citados por Comte como exemplo destas “leis naturais invariáveis” da sociedade: é principalmente o caso da concentração do capital. Nada ilustra tão brilhantemente o caráter e a pretensão ideológica deste “naturalismo positivista” quanto a sua insistência em salvaguardar “as leis naturais que, no sistema de sociabilidade moderno, devem determinar a indispensável concentração das riquezas entre os chefes industriais”. Otimista, Comte parece, por outro lado, convencido de que “os proletários reconhecerão, sob o impulso feminino, as vantagens da submissão e de uma digna responsabilidade” (*sic*) graças à doutrina positivista que “há de preparar os proletários para respeitarem, e mesmo reforçarem, as leis naturais da concentração do poder e da riqueza...”.¹⁴ Esta tese parece ter chamado a atenção de Marx, que lhe dedica uma nota irônica no primeiro livro do *Capital*: “Augusto Comte e sua escola procuraram demonstrar a eterna necessidade dos senhores do capital; eles teriam, tão bem quanto e com as mesmas razões, podido demonstrar a eterna necessidade dos senhores feudais”.¹⁵

Enquanto ciência natural da sociedade, a física social – mais tarde qualificada pelo neologismo *sociologia* – não pode ser senão tão neutra e livre de julgamentos de valor quanto a astronomia e a química: “Sem admirar ou maldizer os fatos políticos, vendo-os essencialmente, como em qualquer outra ciência, como simples temas de observações, a física social considera, portanto, cada fenômeno sob o duplo ponto de vista elementar de sua harmonia com os fenômenos coexistentes e de seu encadeamento com o estado anterior e posterior do desenvolvimento humano”.¹⁶ De fato, o discurso positivista pode (e deve) fazer economia de todo posicionamento ético ou político sobre o estado de coisas existentes: “sem admirá-lo”, ele se limita a

¹¹ *Ibid.*, p. 71.

¹² COMTE, Auguste (1949), *Cours de philosophie positive*, I, Classique Garnier, p. 49.

¹³ SAY, Jean Baptiste (1972), *Traité d'Économie Politique*, Paris: Calman-Levy, pp. 15-16.

¹⁴ COMTE, Auguste (1949), *Cours de philosophie positive*, VI, Classique Garnier, p. 357.

¹⁵ MARX Karl (1969), *Le Capital*, livro 1, Paris: Garnier Flammarion, p. 631.

¹⁶ COMTE, Auguste (1949), *Cours de philosophie positive*, IV, Classique Garnier, p. 214.

constatar que este estado é *natural*, necessário, inevitável, e é produto de “leis invariáveis”. Em um trecho digno de nota do *Curso de filosofia positivista*, Comte – cuja franqueza não é um mérito menor – reconhece, ou melhor, proclama abertamente, as implicações conservadoras e contra-revolucionárias de sua pesquisa metodológica: o positivismo “tende poderosamente, por sua natureza, a consolidar a ordem pública, através do desenvolvimento de uma sábia resignação, isto é, uma permanente disposição para suportar com constância e sem nenhuma esperança de compensação, qualquer que seja, os males inevitáveis que regem os diversos gêneros de fenômenos naturais, a partir de uma profunda convicção da invariabilidade das leis. E, pois, exclusivamente com a filosofia positiva que se relaciona tal disposição, em qualquer tema que ela se aplique, e, por conseguinte, em relação também aos males políticos”.¹⁷ A apologia ideológica da ordem (industrial/burguesa) estabelecida não é mais do que o *avesso*, o *revestimento* do discurso positivista, cujo lado direito, a face visível, é o axioma de uma ciência natural, neutra e rigorosamente objetiva, dos fatos sociais. Escapa ao quadro deste trabalho, mas seria interessante comparar a evolução paralela do direito, da economia política e do positivismo, do final do século XVIII a meados do século XIX, analisando a transformação que sofre o conceito de “lei natural”, à medida que a burguesia deixa de ser uma classe revolucionária para tornar-se cada vez mais uma força social associada ao exercício do poder.

Se os extravagantes caprichos “religiosos” e messiânico-humanitários de Comte tiveram pouca repercussão além dos limites de uma seita de iniciados (a “Igreja positivista”) e pertencem, no essencial, ao Museu das Ideologias do século XIX, a semente do positivismo comtiano, sua pesquisa metodológica, estava destinada a tornar-se – de maneira direta ou indireta, aberta ou encoberta, substancial ou diluída, total ou parcial, reconhecida ou não – um dos pilares da ciência universitária (ou institucional) moderna, até hoje.

Comte “inventou” o termo *sociologia*, mas é antes Durkheim quem deve ser considerado o pai da sociologia positivista enquanto disciplina científica. A obra de Durkheim contém estudos sociais concretos que poderíamos procurar em vão no autor do *Curso de filosofia positiva*; entretanto, a continuidade metodológica entre os dois é inegável. Durkheim, aliás, não esconde nem um pouco a sua dívida para com o fundador do positivismo: em um artigo de 1915 sobre a sociologia na França, ele reconheceu que seus escritos (assim como os de Bouglé, Simiand, Halbwachs e Mauss) “derivam diretamente de Comte; são momentos diferentes de uma mesma evolução”.¹⁸

¹⁷ COMTE, Auguste (1949), *Cours de philosophie positive*, VI, Classique Garnier, pp. 100-101.

¹⁸ DURKHEIM, Emile (1975), “La sociologie”, 1915, Textes Éléments d’une théorie sociale, Paris: Éditions de Minuit, p. 115.

Questões para orientação de leitura

1. Qual é o ideal em torno da ciência da sociedade em Condorcet e Saint-Simon? Qual é o tipo de postura destes autores em relação à ordem estabelecida?
2. Quais aspectos do pensamento de Comte podem ser vistos como uma ruptura com Condorcet e Saint-Simon e quais são uma continuação?